

## Desafios e perspectivas na inclusão do estudante com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10260>

Marilaine Ferreira<sup>1</sup>, Sandra Canal<sup>2</sup>, Karla Fernanda Wunder da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo examina as implicações e dificuldades da inclusão educacional, com enfoque no direito do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a uma educação de qualidade e equitativa. Aborda a inclusão como princípio essencial que exige das escolas adaptações para assegurar a aprendizagem dos estudantes com TEA. Tem como objetivo geral compreender como ocorre o processo de inclusão dos estudantes com TEA no Ensino Fundamental. A metodologia adotada no artigo é de caráter qualitativo, fundamentando-se na análise de artigos, livros e teses que abordam diversas dimensões e perspectivas sobre os desafios da inclusão. Os resultados indicam que, apesar das conquistas em políticas públicas, ainda existem barreiras importantes, como a necessidade de formação continuada de professores e a adaptação das infraestruturas escolares. O estudo conclui que a implementação eficaz da inclusão depende de um comprometimento coletivo que viabilize o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes com TEA em um ambiente escolar acolhedor e adaptado, sublinhando a importância de políticas consistentes e apoio especializado para promover uma educação inclusiva que valorize a diversidade e respeite os direitos de todos os estudantes.

**Palavras-chaves:** Transtorno do Espectro Autista. Ensino fundamental. Inclusão.

## Challenges and perspectives in the inclusion of students with autism spectrum disorder (ASD) in elementary school

**ABSTRACT:** This article examines the implications and difficulties of educational inclusion, focusing on the right of students with ASD to a quality and equitable education. It addresses inclusion as an essential principle that requires schools to adapt to ensure the learning of all students, including those with specific needs. Based on a qualitative methodology, this study conducts a comprehensive and critical literature review, considering articles, books and theses that explore the various dimensions and perceptions of the challenges encountered in the inclusion of students with ASD. The results indicate that, despite the achievements in public policies, important barriers still exist, such as the need for continued teacher training and the adaptation of school infrastructures. The study concludes that the effective implementation of inclusion depends on a collective commitment that enables the access, permanence and full development of students with ASD in a welcoming and adapted school environment, highlighting the importance of consistent policies and specialized support to promote an inclusive education that values diversity and respects the rights of all students.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder. Elementary education. Inclusion.

---

<sup>1</sup> Graduação em pedagogia - Centro Universitário FAVENI- UNIFAVEN- Professora na Creche Cantinho Encantador- BH, <https://orcid.org/0009-0002-1389-5790>- ferreiramarilaine6@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre – RS, pesquisadora do grupo de estudos e pesquisa sobre Questões Sociais na Escola (QSE). Docente – Centro Universitário FAVENI- UNIFAVEN, <https://orcid.org/0000-0003-4537-3399> - sandra.canal@edu.pucrs.br

<sup>3</sup> Pós-doutoranda em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre - RS, pesquisadora do PROMOT - Processos Motivacionais em Contextos Educativos. <https://orcid.org/0000-0002-8350-0726>- karla.wunder.edu@pucrs.br

## Introdução

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais, tenham acesso à educação. Isso significa que o sistema educacional deve estar preparado para acolher e atender à diversidade, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize as diferenças e ofereça suporte para que cada estudante desenvolva seu potencial (Almeida, 2008; Teixeira, 2020).

Galvani e Mendes (2018, p. 147) asseguram que a inclusão é “um desafio para as escolas brasileiras, pois o direito educacional não se restringe apenas ao acesso consolidado na matrícula do estudante [...], mas também se refere à participação e efetiva apropriação de conhecimento”.

O ingresso e a permanência de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental são temas fundamentais nas discussões acerca da inclusão e dos direitos, pois asseguram que esses estudantes possam usufruir da educação regular em condições equivalentes e equitativas junto aos demais pares. A inclusão desses estudantes envolve não apenas o acesso inicial à escola, mas também a permanência em um ambiente que seja acolhedor e adaptado às suas necessidades. Isso implica a implementação de estratégias pedagógicas, recursos e apoio especializado para promover seu pleno desenvolvimento e garantir seus direitos à educação de qualidade (Canal et al., 2024). Conforme pontua Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”.

Nessa perspectiva, Canal (2021) destaca que;

Para que o processo de inclusão ocorra, é preciso que a sociedade se organize para apoiar o sujeito com deficiência, disponibilizando suporte indispensável tanto para o acesso quanto para a convivência em locais comuns que podem ser utilizados por todos (Canal, 2021, p. 32).

A inclusão, conforme discutido por Freire (2008), implica o reconhecimento de que cada estudante possui capacidade de aprender, independentemente de suas características ou dificuldades. Isso significa que cabe à escola identificar esses desafios educacionais e oferecer os recursos pedagógicos necessários para garantir que todos os alunos tenham condições de desenvolver suas habilidades e participar plenamente do processo de aprendizagem. A escola, portanto, tem a responsabilidade de criar um ambiente acessível e acolhedor, que valorize a diversidade e promova o aprendizado para todos.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão dos estudantes com TEA no Ensino Fundamental.

A metodologia adotada no artigo é de caráter qualitativo, que conforme afirma Flick (2009, p. 24), “leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados”. Esta pesquisa qualitativa fundamentando-se na análise de artigos, livros e teses que abordam diversas dimensões e perspectivas sobre os desafios da inclusão de alunos com TEA, ou seja, uma pesquisa de base bibliográfica.

O propósito dessa estratégia é investigar o tema de maneira abrangente, contemplando diversas perspectivas e informações disponíveis na bibliografia pertinente ao assunto em análise.

O método de pesquisa bibliográfica consiste na coleta, análise e síntese de informações retiradas de fontes previamente publicadas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos pertinentes. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é indispensável para compreender os avanços e lacunas em determinada área do conhecimento, proporcionando um panorama amplo e crítico sobre o tema investigado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial ao oferecer subsídios teóricos que orientam a formulação de hipóteses e o delineamento metodológico de estudos. Além disso, ela permite ao pesquisador identificar e analisar conceitos-chave, teorias e debates já estabelecidos, promovendo um diálogo crítico com os autores da área. Nesse sentido, este tipo de pesquisa não se limita à simples reprodução de ideias, mas requer uma abordagem reflexiva e analítica, na qual o pesquisador interpreta as contribuições dos autores e integra essas informações de maneira coesa.

Outro aspecto relevante, destacado por Severino (2007), é que a pesquisa bibliográfica possibilita o acesso a uma grande quantidade de conhecimento acumulado, independentemente de barreiras geográficas ou temporais. Isso é particularmente importante em áreas do conhecimento onde os avanços se desenvolvem de forma contínua e dinâmica. Severino (2007) também ressalta que, ao realizar uma pesquisa bibliográfica, é fundamental assegurar a qualidade das fontes consultadas, priorizando documentos com credibilidade científica e relevância para o tema.

### **Transtorno do Espectro Autista (TEA): Evolução histórica e conceitual**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado atualmente pela área médica como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta o desenvolvimento das funções neurológicas da criança. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014), os Transtornos do Neurodesenvolvimento englobam uma série de condições que se manifestam nos primeiros anos de vida, antes que a criança comece sua vida escolar. Essas condições são caracterizadas por alterações no desenvolvimento, que impactam áreas como a vida pessoal, social, educacional e profissional da criança. Além disso, não há um único padrão para classificar esses transtornos, uma vez que suas características podem variar consideravelmente entre os indivíduos, manifestando-se em dificuldades específicas de aprendizagem, problemas com funções executivas ou em desafios mais abrangentes, como dificuldades sociais e de inteligência (Silva, Bins, 2021).

O DSM-5 unificou as diversas subcategorias do autismo sob um único diagnóstico chamado Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com essa mudança, as avaliações passaram a considerar o autismo em um espectro contínuo, onde as pessoas apresentam diferentes níveis de necessidade de apoio, ao invés de classificações separadas. Esse diagnóstico agora é definido com base em dois critérios principais, garantindo uma abordagem mais abrangente e personalizada para cada indivíduo dentro do espectro (APA, 2014).

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014, p. 75).

O objetivo deste estudo é compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não sob uma visão biomédica, que tende a focar em diagnósticos e tratamentos, mas a partir de uma perspectiva neurodivergente, que valoriza as variações naturais nas formas de pensar e sentir. Esse olhar considera que o TEA representa uma maneira única de ser e estar no mundo, moldada por características neurocognitivas próprias. Nessa perspectiva, o TEA é analisado por meio das formas pelas quais o indivíduo interage com o entorno incluindo suas experiências sensoriais, modos de comunicação, relações

sociais e movimentos corporais — os quais expressam sua particular organização cerebral e subjetividade (Silva, 2021).

Corroborando, trazemos as reflexões que seguem;

Hoje é comum falarmos então em autismos, que engloba diferentes posições do transtorno, por isso o termo espectro. Por espectro entende-se um conjunto de elementos que formam um todo, onde as características centrais assumem diversas formas. Assim o TEA é percebido como uma condição que não é estática e imutável, mas sim, a partir dos processos educacionais e atendimentos na área da saúde, é uma condição que pode, inclusive, superar os sinais clássicos do transtorno, transformando as limitações em possibilidades (Silva, 2022, p. 435).

É possível observar duas áreas principais na constituição subjetiva dos indivíduos que se encontram no espectro autista, que sustentam os critérios diagnósticos:

**A) Comunicação Social e Interação Social:** Esta área envolve a forma como a pessoa interage socialmente e lida com desafios sociais. Algumas características incluem dificuldades na reciprocidade emocional, na compreensão de sinais não verbais (como contato visual, gestos, e expressões faciais) e diferenças na constituição das brincadeiras e interações desde a infância. Apesar das particularidades, o ato de brincar está presente, ainda que se manifeste de maneira própria e mais rígida.

**B) Padrões Restritos e Repetitivos de Comportamentos:** Esse aspecto reflete uma rigidez no pensamento e no comportamento, que pode aparecer em movimentos repetitivos, uso específico de objetos, fala estereotipada e a criação de rotinas rigorosas. A quebra dessas rotinas pode gerar grande ansiedade, tornando desafiadora a adaptação a mudanças e limitando experiências variadas (Silva, 2022).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta uma parte considerável da população, o que torna essencial entender os desafios específicos que as pessoas com TEA enfrentam. Isso, em ambiente escolar, exige que o professor compreenda as necessidades e os pontos fortes de cada estudante com TEA, identificando tanto suas potencialidades quanto suas dificuldades. Com esse conhecimento, o professor pode definir objetivos de ensino personalizados que incentivem o desenvolvimento de novas habilidades, promovendo uma experiência educacional inclusiva e eficaz (Elsabbagh et al., 2012). Dessa forma, ao lidar com estudantes que apresentam TEA, é fundamental que o professor entenda a realidade singular de cada estudante, contemplando seu contexto, interesses e recursos pessoais.

Por meio da observação científica, deve-se aprofundar a compreensão sobre seu desenvolvimento (Silva; Bins, 2021). Para isso, portanto, não serve para a escola saber apenas do diagnóstico. É preciso, então, que se reflita na escola: qual o papel do diagnóstico? É ser aquele que nos informa o que o sujeito tem, mas não quem ele é. Pois, para que os processos inclusivos possam realmente acontecer, com garantia de aprendizagens, é necessário que os educadores possam conhecer o estudante em profundidade, destacando suas potencialidades antes de elencar suas dificuldades. Esse movimento supõe uma construção pedagógica que se apoia no desenvolvimento do sujeito e nas possibilidades que a educação tem e como tecer mudanças através de novos saberes e fazeres. Corroboramos com Silva (2022) quando nos pergunta

Qual a importância de saber o que o indivíduo tem, sobrepondo-se a saber quem é o indivíduo, como ele aprende, como subjetiva suas experiências diárias? O diagnóstico não pode ter o poder de engessar as práticas docentes (2022, p. 438).

Romper com as práticas pedagógicas que buscam normatizar os estudantes é um objetivo primordial quando tratamos dos processos inclusivos para os estudantes com TEA. Para que isto aconteça, a reflexão de tais questões, por parte dos educadores, é fundamental. Reflexão esta que se sustenta através de um olhar sobre os processos constitucionais de cada estudante, que leva em conta o contexto social e familiar, a cultura em que está inserido, a maneira como estabelece suas relações afetivas e sociais e, principalmente, como se aproxima e se apropria dos conceitos acadêmicos, transformando-os em conhecimento prático-pedagógico.

### **Políticas educacionais para inclusão do estudante com TEA**

A contextualização da inclusão escolar requer uma análise do panorama atual das políticas educacionais e das abordagens pedagógicas empregadas nas instituições de ensino. É imprescindível entender as necessidades e os desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da educação fundamental, com o objetivo de elaborar estratégias eficazes que favoreçam a inclusão e o pleno desenvolvimento desses estudantes.

A Constituição Federal de 1988 descreve, em seu artigo 3º, inciso IV, a necessidade de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação" (Brasil, 1988, documento on-line). O artigo 205 complementa: "a educação é um direito de todos, garantindo o pleno

desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, documento on-line). Assim, a construção de um sistema educacional inclusivo que considere as necessidades e particularidades de cada pessoa com deficiência é essencial para assegurar que o ensino se ajuste, se flexibilize com o propósito de promover o aprendizado e o desenvolvimento de todos. Tal abordagem sugere que o sistema educacional não deve ser padronizado; em vez disso, deve proporcionar estratégias e recursos diversificados, respeitando e atendendo às singularidades de cada estudante a fim de garantir uma educação de qualidade e equitativa.

De acordo com a Lei nº 8.069, de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), fica claro que:

Art. 54. É dever do Estado assegurar á criança e ao adolescente:

I I I - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

I V - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um.

Art. 55. Os pais ou responsável tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (Brasil, 1990, documento on-line).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece então, a necessidade de garantir o direito integral da criança e, no contexto da Educação Inclusiva, assegurar condições de igualdade e permanência na escola para todos os indivíduos, independentemente de terem ou não deficiência (Canal, 2021).

Na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), reafirmou o compromisso com a inclusão educacional estabelecendo diretrizes precisas voltadas para a área da educação especial. A LDB incentivou a inclusão dos estudantes com deficiência nas turmas comuns do ensino regular, garantindo o apoio necessário para atender às suas particularidades.

Nas últimas décadas, a educação especial no Brasil avançou significativamente em termos de políticas públicas e práticas inclusivas. Conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, é ressaltado que o principal objetivo a ser alcançado ao longo da década da educação seria o desenvolvimento de uma escola inclusiva capaz de proporcionar atendimento adequado à diversidade humana (Brasil, 2001).

A Lei nº 12.764, sancionada em dezembro de 2012, é uma legislação fundamental para garantir os direitos dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sua criação representa um marco histórico devido ao esforço incansável de uma mãe<sup>4</sup>. Desde que seu filho mais novo foi diagnosticado com autismo, essa mãe se dedicou a uma luta intensa pela inclusão e proteção dos direitos das pessoas com TEA, inspirando mudanças significativas na legislação brasileira. Essa lei assegura que pessoas com autismo tenham acesso a direitos básicos, incluindo educação inclusiva e atendimento especializado, promovendo avanços na valorização e respeito aos indivíduos com autismo na sociedade (Brasil, 2012).

A referida legislação institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o objetivo de assegurar seus direitos em áreas como educação e saúde. No artigo 1º, §1º, a lei define as medidas de apoio e inclusão que devem ser oferecidas a essas pessoas. Assim, busca-se assegurar que indivíduos com TEA tenham acesso a serviços adequados e oportunidades de desenvolvimento pleno, tais como:

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012, documento on-line).

Em 2015 foi implementada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015), a qual consolidou os direitos das pessoas com deficiência à educação inclusiva assegurando acessibilidade e apoio necessário para participação plena no ambiente escolar.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, p. 8-9).

<sup>4</sup> <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/>



Embora tenham sido obtidos avanços, persistem a presença de desafios relevantes na área da educação especial no Brasil, tais como: formação de professores para lidar com diversidade em sala de aula; adaptação das instituições em relação à infraestrutura e recursos disponíveis; e conscientização da sociedade sobre importância da inclusão, aspectos que demandam uma atenção constante (Declaração de Salamanca, 1994).

Vale destacar que tais avanços são decorrentes da Declaração de Salamanca, a qual preconiza que:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 28).

Um outro avanço importante, pensando nos processos inclusivos do estudante com TEA, foi a aprovação, em 2 de novembro de 2024, do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>5</sup>.

Já o Parecer nº 50/2023 apresenta Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O documento enfatiza a importância de assegurar o acesso, permanência, participação e aprendizagem desses estudantes no ambiente escolar, promovendo a inclusão e o desenvolvimento pleno. Entre as orientações, destacam-se a elaboração de Planos de Educação Individualizados (PEI), a formação continuada de professores para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA e a definição do papel dos profissionais de apoio escolar. O parecer também reforça que a matrícula de estudantes com TEA não deve estar condicionada à apresentação de laudo médico e que é ilegal negar matrícula ou cobrar valores adicionais desses estudantes. Além disso, o documento sugere a realização de estudos de caso para compreender as particularidades de cada sujeito, envolvendo escuta do próprio sujeito e das famílias na construção de propostas pedagógicas que façam parte do processo educacional.

As políticas educacionais para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) avançaram com legislações que asseguram o direito à educação inclusiva. No entanto, permanecem desafios, a exemplo da capacitação de professores, a

---

<sup>5</sup> O Parecer CNE/CP nº 50/2023 foi reanalisado em 2024. Essa aprovação reflete a necessidade de assegurar que as políticas educacionais e práticas pedagógicas atendam adequadamente às especificidades dos alunos com TEA, promovendo a inclusão e o desenvolvimento dessas pessoas em ambientes educacionais.

adequação da infraestrutura escolar e, acima de tudo, a eliminação das barreiras atitudinais que envolvem o processo inclusivo. É necessário o compromisso de todos os envolvidos para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento completo dos estudantes com TEA, visando uma educação equitativa e de qualidade. A inclusão dos estudantes com TEA no ensino fundamental

A importância da inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental está relacionada com a garantia de direitos fundamentais e oportunidades de aprendizado significativas e essenciais para esse grupo de estudantes. Além disso, a inclusão eficaz favorece o desenvolvimento integral das competências socioemocionais não apenas dos estudantes com TEA, mas também dos demais colegas da sala. Essa dinâmica propicia um ambiente escolar inclusivo e enriquecedor, no qual a diversidade é apreciada e as oportunidades de convivência e aprendizado são expandidas para todos (Brasil, 2012).

Nas últimas décadas, a educação tem sido objeto de reformas que visam redefinir e promover uma abordagem mais inclusiva em relação à educação especial. No entanto, é importante avaliar a eficácia das políticas e programas públicos implementados nesse contexto. A proposta da educação inclusiva requer uma regulamentação adequada para garantir sua viabilidade e efetivação prática. Nesse sentido, é necessário explorar novas ideias e estratégias que contribuam para fortalecer a abordagem de educação inclusiva, a fim de que todos os estudantes possam desfrutar de uma educação de qualidade compatível com suas habilidades ou características individuais (Brasil, 2015).

É essencial que todos os envolvidos no processo de inclusão, incluindo famílias, professores, comunidades e as próprias escolas, estejam empenhados em promover os ideais de igualdade e em garantir uma educação de qualidade para todos.

Não se trata apenas de possibilitar o acolhimento de estudantes público da educação especial, mas também de garantir que os mesmos não só frequentem a escola, mas também permaneçam na escola, aprendam e se desenvolvam de acordo com os seus direitos garantidos por lei. A inclusão escolar é, na verdade, um processo de democratização do acesso ao conhecimento e à cultura, cujo principal objetivo é garantir que todos os estudantes tenham direito à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Contudo, ao incluir sujeitos com transtornos do espectro do autismo (TEA) no ensino fundamental, é essencial uma abordagem pedagógica diferenciada que leve em conta as características e necessidades únicas desses estudantes. Cada criança com TEA é única e as estratégias de ensino devem ser adaptadas às suas necessidades individuais.

Isso pode incluir a implementação de recursos educacionais específicos, a criação de um ambiente acolhedor e estruturado, o fornecimento de suporte individualizado, a construção de um estudo de caso aprofundado, a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) compatível e qualificado e o trabalho com profissionais especializados em TEA. É preciso então a compreensão de que: “[...] não é necessário a repetição sem significado, que não há o que ser consertado e sim, há sujeitos que vivenciam experiências diversas ampliando, construindo aprendizagens, produzindo novos sentidos subjetivos” (Silva, 2022, p. 440).

As escolas também devem fazer ajustes físicos e diários para atender às necessidades específicas desses alunos e criar um ambiente inclusivo. Além disso, promover uma cultura inclusiva e valorizar a diversidade é essencial para criar um ambiente acolhedor. Cada aluno com TEA é único e requer uma abordagem individualizada para atender às suas necessidades específicas. É necessário novas compreensões sobre o TEA e sendo assim:

[...] as propostas pedagógicas devem atentar para as diferentes modalidades de aprendizagem de cada criança (visuais, auditivas, cinestésicas). Entendendo que as pessoas com TEA, não aprendem somente pelos estímulos visuais, como até há algum tempo se sustentava. É necessário a individualização das metas determinadas para cada criança, a maneira como os conteúdos são apresentados às mesmas e a maneira de avaliação escolhida, considerando-se o ritmo, e os níveis de aprendizagem de cada um. [...] Os conceitos de Vygotsky sobre zonas de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento proximal são conceitos fundamentais neste processo, pois compreendem a pluralidade na aprendizagem (Silva, 2022, p. 440-441).

Souza (2015) afirma que as escolas, as equipes educacionais, gestores e os professores devem estar preparados para acolher os estudantes com TEA, a fim de receberem a atenção adequada. É necessário que a escola adote uma política educacional que visa formar professores para atender esse estudante e desenvolver projetos na escola, levando em conta as potencialidades e dificuldades, buscando garantir serviços de qualidade para assegurar a aprendizagem do estudante.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental também requer o fortalecimento das parcerias intersetoriais. Essas parcerias, que incluem a interação e troca de informações entre escolas, serviços de saúde, assistência social e famílias, são fundamentais para garantir que as propostas pedagógicas sejam pensadas e organizadas levando-se em conta às necessidades de

desenvolvimento integral desses estudantes. Cabe destacar aqui que fortalecer as parcerias não quer dizer reproduzir na escola ações realizadas em outros espaços que não o educacional e, da mesma maneira, não é adotar concepções sobre o TEA que não sejam consideradas pedagógicas. A busca da escola deve ser sempre pelo desenvolvimento integral do estudante com TEA e não na adequação social dos seus comportamentos em busca de torná-lo mais funcional. O objetivo que sustenta a inclusão sempre é a aprendizagem, a construção de recursos subjetivos para facilitar a aproximação com o conhecimento.

Além disso, a verdadeira inclusão vai além de simples adaptações físicas ou curriculares; ela exige uma transformação cultural e pedagógica no ambiente escolar, promovendo uma visão de educação que valorize a heterogeneidade como potencial de aprendizado coletivo.

É imprescindível que as escolas invistam na formação contínua de professores, destacando o papel de uma pedagogia flexível e responsiva, que seja capaz de integrar tecnologias assistivas e metodologias diversificadas.

De acordo com Carvalho (2020), o uso de ferramentas como comunicação alternativa e recursos digitais pode ser um diferencial significativo no engajamento de estudantes com TEA, ampliando suas possibilidades de expressão e interação. A construção de um ambiente inclusivo deve ser pautada pela escuta ativa das necessidades individuais e pelo desenvolvimento de práticas que favoreçam a autonomia e a participação ativa dos estudantes no contexto escolar.

Esse movimento em direção à inclusão também beneficia toda a comunidade escolar, ao fomentar o desenvolvimento de valores como empatia, respeito e colaboração. Dessa forma, a inclusão de estudantes com TEA não é apenas um dever legal, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **Conclusão**

A inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar é um processo multidimensional que demanda o comprometimento ativo e articulado de toda a comunidade educativa. Esse processo não apenas enfrenta desafios significativos, como também abre possibilidades para o fortalecimento de uma cultura escolar baseada na equidade, na diversidade e na qualidade do ensino. A formação continuada dos educadores, a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a implementação

de estratégias pedagógicas individualizadas são pilares fundamentais para o sucesso da inclusão.

Para que ações inclusivas sejam realmente efetivas, é imprescindível integrar uma abordagem sistêmica, que envolva sensibilização, ajustes metodológicos e a valorização de diferentes estilos de aprendizagem. Além disso, a escola deve consolidar-se como um espaço de cooperação interdisciplinar, no qual profissionais de diversas áreas trabalham conjuntamente para desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras, capazes de promover avanços significativos na educação de estudantes com TEA. Essa colaboração precisa ser estendida à participação ativa das famílias, que são aliadas indispensáveis no processo educacional.

Por fim, a inclusão escolar deve ser entendida como um direito humano e uma ferramenta de transformação social. Mais do que um requisito legal, é um compromisso ético e educacional que enriquece tanto o indivíduo quanto a coletividade, ao promover valores como respeito, empatia e solidariedade. Em ambientes verdadeiramente inclusivos, a diversidade não é vista como um obstáculo, mas como um recurso valioso para o aprendizado e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Dessa forma, a escola cumpre seu papel primordial como espaço de construção de saberes e cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa e plural.

## Referências

ALMEIDA, J. R. A inclusão de alunos com TEA na escola regular: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 14(2), 125-140, 2008.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 nov. 2024

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#:~:text=13.977%2C%20de%202020\)-,Art.,discrimina%C3%A7%C3%A3o%20por%20motivo%20da%20defici%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#:~:text=13.977%2C%20de%202020)-,Art.,discrimina%C3%A7%C3%A3o%20por%20motivo%20da%20defici%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF: 116 Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Parecer CNE/050/2023** - Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília: MEC, 2024.

CANAL, Sandra, et al. Tessituras do atendimento educacional especializado: estratégias e possibilidades inclusivas. In: **Educação e formação de professores** [livro eletrônico]: estudos multidisciplinares: volume I / organização Neyla Cristiane Rodrigues de Oliveira... [et al.]. -- -- Teresina, PI: Wissen Editora, 2024.

CANAL, Sandra. **A inclusão do estudante com transtorno do espectro autista (TEA) na Educação Superior**. 142f. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós –Graduação em Educação, PUCRS, 2021.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. São Paulo: Summus, 2020.

ELSABBAGH, M et al. Prevalência global de autismo e outros transtornos invasivos do desenvolvimento. **Pesquisa sobre autismo**, 5(3), 2012, p. 160-179.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v. 16, n. 1 (Número Especial: Educação Inclusiva), p. 5-20, jan. 2008.

GALVANI, Márcia Duarte; MENDES, Melina Thaís da Silva. **Letramento para estudantes com deficiência intelectual**. In: GONÇALVES, Adriana Garcia; CIA, Fabiana; CAMPOS,

PEREZ, Juliane Aparecida de Paula. **Letramento para o estudante com deficiência**. São Carlos: EDUFSCar, 2018, p. 139-159.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A., & Lakatos, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da. Transtorno do Espectro Autista: o que se esconde por trás do diagnóstico? In: SILVA; Karla Fernanda Wunder da; BINS, Katiuscha Lara Genro; CRUZ, Patrícia Machado. **Transtorno do Espectro Autista, enlaces pelo olhar e pelo afeto: ser e viver**. 1ª ed. Maringá: Viseu, 2022. P. 19-40.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; BINS, Katiuscha Lara Genro. Transtorno do Espectro Autista (TEA): novas possibilidades de ação através das zonas circunscritas. In: KRAEMER, Graciele Marjana; GIORDANI, Liliane Ferreira; LOPES, Luciane Bresciani. **Educação Inclusiva: tessituras do fazer pedagógico**. Porto Alegre: Cirkula, 2021. P. 207-220

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R. M. Formação docente para a inclusão de estudantes com TEA. **Educação e Sociedade**, 36(131), 2015. P. 1161-1178.

SUPLINO, José. **Inclusão e permanência escolar: desafios e práticas**. São Paulo: Editora Nova Educação, 2009.

TEIXEIRA, Everith Silva. **Práxis inclusiva: reflexões sobre a inclusão escolar**. Veranópolis: **Diálogo Freiriano**, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.

**Submissão: 22/08/2025. Aprovação: 30/10/2025. Publicação: 15/12/2025.**